



REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

O teatro pedagógico como máquina de guerra no combate às violências contra crianças e jovens

Tássio Acosta
Sílvio Gallo

Para citar este artigo:

ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. O teatro pedagógico como máquina de guerra no combate às violências contra crianças e jovens. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 51, jul. 2024.

 DOI: 10.5965/1414573102512024e0205

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



O teatro pedagógico como máquina de guerra no combate às violências contra crianças¹ e jovens²

Tássio Acosta³
Sílvia Gallo⁴

Resumo

Compreender as potencialidades presentes nas atividades de fruição e atuação teatrais realizadas nas escolas é o objetivo central deste trabalho, que utiliza dados do Anuário da Violência Pública de 2022 para a valorização do teatro pedagógico como máquina de guerra no combate às violências contra as infâncias. Sustenta-se que a supressão da temática de gênero e sexualidades do currículo oficial e o isolamento social de alunos em suas casas em decorrência da pandemia da Covid-19 dificultaram o acesso de crianças e jovens a redes de apoio e espaços seguros para denunciar e combater as violências sofridas.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Teatro pedagógico. Neoconservadorismo. Covid-19.

Pedagogical theater as a war machine in fighting violence against children and young people

Abstract

The aim of this paper, which uses data from the Public Violence Yearbook 2022 to value the pedagogical theater as a war machine in fighting violence against children, is to understand the potential in watching and acting on theatrical activities performed in schools. It argues that suppressing the themes encompassing gender and sexualities from the official curriculum, as well as the social isolation of students in their households after the Covid-19 pandemics, have made it difficult for children and young people to access support networks and safe spaces to report and fight the abuses suffered.

Keywords: Gender. Sexuality. Pedagogical theater. Neoconservatism. Covid-19.

El teatro pedagógico como máquina de guerra en la lucha contra la violencia contra niños y jóvenes

Resumen

Comprender el potencial presente en las actividades de disfrute y performance teatrales realizadas en las escuelas es el objetivo central de este trabajo. Se utilizan datos del Anuario de Violencia Pública, 2022 para valorar el teatro pedagógico como máquina de guerra en la lucha contra la violencia contra la infancia. Se sostiene que la supresión de la temática de género y sexualidades del currículo oficial y el aislamiento social de los estudiantes en sus hogares, como consecuencia de la pandemia de Covid-19, resultó que niños y jóvenes experimentarían mayores dificultades para encontrar redes de apoyo ante la violencia sufrida y espacios seguros para denuncia.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Teatro pedagógico. Neoconservadurismo. Covid-19.

¹ Revisão ortográfica e gramatical do artigo realizada por Thayná Neto. Bacharelado em Tradução e Interpretação.

² Agradecemos à Renato Mendes pela leitura crítica do artigo e importantes indicações de melhorias.

³ Doutorado em Educação em Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Especialização em Ética, valores e cidadania na escola pela Universidade de São Paulo (USP). Graduação em Pedagogia pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Professor na UNISANTA. ✉ tassioacosta@gmail.com
 <http://lattes.cnpq.br/9459372033217997>  <https://orcid.org/0000-0002-1608-4363>

⁴ Livre-docência pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorado em Educação pela UNICAMP. Mestrado em Educação pela UNICAMP. Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professor titular da UNICAMP. ✉ gallo@unicamp.br
 <http://lattes.cnpq.br/3808560029763904>  <https://orcid.org/0000-0003-2221-5160>



Introdução

Desde a perseguição ao material educacional “Escola Sem Homofobia”, ainda em desenvolvimento em 2011, e sua consequente interdição após sistemáticos ataques da bancada neoconservadora do Congresso Nacional, que cunhou o termo Kit Gay, a educação brasileira e as artes, mais especificamente a arte-educação, têm vivenciado sistemáticos ataques e perseguições que afetam de maneira significativa as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Os professores passaram a ser considerados “profissionais interessados em doutrinar as crianças que estavam na escola a partir de uma ideologia considerada contrária à família de matriz heteronormativa, visando a implosão dos valores familiares tradicionais”. De acordo com narrativas neoconservadoras, isso iria de encontro àquilo preconizado pelas famílias e influenciado pelas igrejas. De forma caricata, os professores foram associados a uma pecha de esquerdistas.

Por sua vez, os artistas passaram a ser vistos como pessoas desvirtuadas da heteronormatividade e empenhadas em propagandear uma ‘ideologia gayzista’ que atentaria contra os interesses dos dogmas religiosos. Assim, os setores neoconservadores buscaram perseguir e censurar artistas e mostras culturais para não apenas demonstrar a força da bancada, mas de forma a impedir a disseminação de suas ideias.

Professores e artistas foram “promovidos” a ideólogos de gênero, sendo considerados profissionais que supostamente tinham um projeto maior por trás de suas ações - mais especificamente, conforme propagandeado à época, este objetivo não visava apenas destruir a heteronorma, mas desafiar os valores considerados “cristãos”.

Profissionais, políticos e demais membros da sociedade civil envolvidos com os estudos de gênero e sexualidade passaram a ser perseguidos, e alguns, com melhores condições financeiras, se exilaram em outros países temendo por sua segurança. Muitos outros, menos favorecidos financeiramente, continuaram morando no Brasil enquanto sofriam perseguições e ataques públicos.

Utilizaremos estes três segmentos como exemplo: I. A Professora Tatiana



Lionço, da Universidade de Brasília, teve sua imagem associada à pedofilia após a edição e deturpação de uma fala sua nas redes sociais⁵; II. O então deputado federal Jean Wyllys se exilou na Europa em virtude da crescente perseguição a grupos e comunidades dissidentes da normatividade de gênero e sexual hegemônica no Brasil⁶ e; III. Artistas, exposições museais e espetáculos se tornaram alvo quando utilizavam da temática de gênero e sexualidades em seus trabalhos e apresentações⁷.

Conforme atestamos (Acosta, Gallo, 2020), 2013 trouxe consigo o surgimento de um movimento neoconservador cunhado como Escola Sem Partido (ESP). Este movimento incentivava alunos a gravarem professores que discutissem temáticas contrárias aos valores familiares de suas casas durante o exercício de seus ofícios. No bojo de tais perseguições, temas sensíveis como Direitos Humanos, violência policial, genocídio da juventude negra, fundamentalismo religioso no Brasil ou quaisquer outros semelhantes eram tidos como perigosos e, portanto, deveriam ser censurados. O ESP disponibilizou, inclusive, um modelo de notificação extrajudicial em seu site, que deveria ser encaminhada a professores e escolas⁸ que ‘ousassem’ debater temas sensíveis ao ideário de nação.

Em obra sistematizada, Frigotto (2017) identificou que o objetivo principal do movimento Escola Sem Partido era impor o medo como profícuo método de silenciamento aos dissonantes. Ao associarem professores a doutrinadores que deveriam ser combatidos, muitos se autocensuraram para preservarem seus empregos.

Nesse mesmo contexto, ocorriam as eleições municipais e estaduais onde candidatos com plataformas neoconservadoras foram catapultados à mídia tradicional. Muitos destes, até então desconhecidos do grande público, faziam uso

⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/17/politica/1539803187_851518.html Acesso em: 04 dez. 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/21/programa-bem-viver-sai-do-brasil-porque-nao-tive-escolha-diz-jean-wyllys> Acesso em: 4 dez. 2023

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/bolsonaristas-mijam-com-deus-sobre-a-cultura-brasileira.shtml> Acesso em: 4 dez. 2023.

⁸ Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/notificacao-extrajudicial-arma-das-familias-contra-a-doutrinação-nas-escolas/> Acesso 25 mar. 2024



de lives e transmissões de vídeos nas redes sociais durante suas participações nas plenárias sobre a temática de gênero e sexualidade nos documentos oficiais como forma de se autopromoverem.

O neoconservadorismo, em definição, consiste nas novas formas como a matriz conservadora se apresenta no Brasil. Esta nova roupagem do conservadorismo na contemporaneidade impõe sistemáticas derrotas às questões tidas como progressistas, em especial aquelas voltadas às minorias sociais. Acosta e Gallo (2020) entendem esse movimento como ideologia de gênese, ou seja, o agenciamento do cristianismo na construção e efetivação das políticas públicas no Brasil do tempo presente.

Com o avanço de pautas conservadoras que já se apresentavam nas plataformas do governo, a princípio progressista, e que foram aceleradas ao paroxismo após o Golpe Parlamentar de 2016, os documentos oficiais gestacionados (como os Planos Municipais, Educacionais e Federal da Educação e a Base Nacional Comum Curricular) começaram a ser alterados, suprimindo temáticas de gênero e sexualidades de suas publicações finais.

Com a eleição do ex-Presidente Jair Bolsonaro em 2018, o Edital com séries LGBTs para as TVs públicas⁹ foi suspenso, culminando em sistemáticas perseguições aos dissonantes de sua política. Em nível estadual, em São Paulo, o então governador João Dória determinou o recolhimento das apostilas de ciências por debater “sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual”, afirmando: “não aceitamos ideologia de gênero!”¹⁰, conforme do próprio.

Mesmo com tantas perseguições à temática dos Direitos Humanos, sobretudo aquelas que envolviam questões de gênero e sexualidades nas escolas, matérias jornalísticas desnudam a existência de abusos cometidos contra menores de idade a partir de peça teatral realizada em uma escola¹¹. A importância

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/governo-bolsonaro-suspende-edital-com-series-lgbt-para-tvs-publicas-23891805> Acesso em: 4 dez. 2023.

¹⁰ Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml> Acesso em: 4 dez. 2023.

¹¹ Disponível em <https://www.itatiaia.com.br/editorias/brasil/2022/07/29/crianca-assiste-peca-de-teatro-na-escola-e-percebe-que-foi-vitima-de-abuso-sexual-em-sc> Acesso em: 4 dez. 2023.



destas peças deriva da conscientização de crianças e adolescentes vitimadas por seus algozes, permitindo que a escola seja considerada um espaço seguro para a realização das denúncias.

A escrita deste artigo, cujo objetivo é pensar em como o teatro nas escolas pode ser utilizado como máquina de guerra (Deleuze, Guattari, 1997) no combate à violência de gênero e sexualidades contra as crianças e jovens, foi agenciada a partir deste cenário confrontador.

O gênero em disputa

Como visto na introdução, a temática de gênero e sexualidade se tornou uma plataforma de propulsão política neoconservadora para pleiteantes aos cargos federais, estaduais e municipais em diversas regiões do país. O objetivo específico desta seção é analisar como a noção de ideologia de gênero se inseriu no debate público, tanto nacional como internacionalmente, tornando-se capaz de modular o plano político brasileiro e recrudescer o conservadorismo no país.

Inaugurada com a *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*¹², em 2004, apregoava-se que

Nestes últimos anos têm-se delineado novas tendências na abordagem do tema da mulher. Uma primeira tendência sublinha fortemente a condição de subordinação da mulher, procurando criar uma atitude de contestação. [...] Uma segunda tendência emerge no sulco da primeira. Para evitar qualquer supremacia de um ou de outro sexo, tende-se a eliminar as suas diferenças, considerando-as simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural. Neste nivelamento, a diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada gênero, é sublinhada ao máximo e considerada primária.

Dado o caráter universal, justamente por ser uma carta endereçada a todos os Bispos da Igreja Católica, o que conseqüentemente trouxe à tona discussões com os outros estratos clericais, os estudos de gênero e sexualidade entraram no radar do Vaticano. Em nível regional, empreendem-se missas com a temática e discussões outrora presentes nos bancos universitários ou na sociedade civil

¹² Disponível em

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collab_oration_po.html Acesso em: 4 dez. 2023.



organizada, como os movimentos sociais, por exemplo, e tais pautas começam a se fazer presente nos púlpitos religiosos.

Foi apenas com a *V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe Aparecida*¹³, realizada entre os dias 13 e 31 de maio de 2007, que se inaugurou o conceito de ideologia de gênero. Conforme consta no documento,

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isto tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família.

Neste exato momento, religiosos presentes na referida conferência associaram os estudos de gênero à tentativa de desvirtuar a família de matriz heteronormativa. Em outras palavras, viram nesta área do saber possibilidades de fragilizar a cristandade no núcleo familiar e de promover mudanças paradigmáticas na sociedade.

No Brasil, mais especificamente, a temática foi agenciada para desacreditar o governo da então Presidenta Dilma Rousseff, impedir a implementação do material Escola Sem Homofobia e forçá-la a se posicionar contra ele, enfraquecendo sua posição de mandatária-chefe do país e gerando estranheza na população LGBTQIAPN+ ao afirmar que o governo não faria propaganda de *opção* sexual¹⁴. Nesse mesmo momento, o pastor e Deputado Federal Marco Feliciano havia assumido a presidência da Comissão de Direitos Humanos¹⁵.

Esses acontecimentos resultaram em sistemáticas perseguições aos materiais escolares que discutiam não apenas temas como orientação sexual e identidade de gênero, mas também quaisquer menções ao termo “gênero”. Ainda que a questão estivesse presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais em perspectiva biodeterminista durante a discussão dos Planos Educacionais e da

¹³ Disponível em <http://www.clerus.org/clerus/dati/2008-11/15-13/VConfAL.pdf> Acesso em: 4 dez. 2023.

¹⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html> Acesso em: 4 dez. 2023.

¹⁵ Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/apos-polemica-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-cdh/> Acesso em: 4 dez. 2023.



BNCC, com o Golpe de 2016 já instituído, a temática foi suprimida dos documentos finais.

Miskoci e Campana (2017) identificaram a utilização da temática para o fortalecimento dos empreendedores morais, isto é, religiosos, agentes públicos ou não, dentro das esferas governamentais e das empresas privadas interessados em impor seus valores morais cristãos como a verdade absoluta perante o restante da sociedade. Para este contínuo populacional, não basta apenas ocupar os espaços de poder, é imperativo modificar os entendimentos e conhecimentos até então consolidados para forjar novos discursos de verdade.

Não obstante, ao longo deste contexto se fortaleceram os discursos de pós-verdade e a propagação de *fake news*, sobretudo no ambiente virtual. Cita-se, como exemplo, a campanha eleitoral entre os candidatos à Presidência da República Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. À imagem do primeiro, associaram caluniosamente a distribuição de mamadeiras com o bico de borracha em formato de pênis quando prefeito da cidade de São Paulo. Com relação ao segundo, partilharam a ideia de que apenas com a sua eleição seria possível combater tais imoralidades.

Por mais absurdo que se possa parecer, Acosta (2023) lembra que a propagação do pânico moral se ancora justamente no medo do inimigo oculto que está sempre a assombrar a sociedade. No caso, o inimigo da vez eram os estudos de gênero e sexualidades que, combinado à associação de professores, pesquisadores e artistas envolvidos com a temática a pedófilos, instaurou uma necessidade de combate em nível nacional. A intenção por trás disso era demonstrar que quanto maior o controle nas escolas, nos currículos escolares e nas produções artísticas, mais as crianças estariam seguras destes supostos pedófilos em forma de professores, pesquisadores e artistas.

Não obstante, ao identificarem a temática de gênero e sexualidades presentes nos currículos oficiais, estes mesmos empreendedores morais supostamente comprovaram suas teses de que havia uma nova ordem mundial interessada em destruir a família tradicional de matriz heteronormativa. Portanto, além de as escolas não serem mais ambientes que ofereciam segurança às



infâncias, os próprios alunos foram instigados a filmar e denunciar professores. Castilho (2019) aponta que este ambiente de animosidade impregnou as escolas de tal maneira que cada vez mais a autocensura se fez, e ainda se faz presente em muitas escolas.

Ao silenciar a discussão da temática, coaduna-se para a manutenção das diversas práticas de violência imposta às crianças e adolescentes, pois a ausência do debate democrático do problema dentro das salas de aula dificulta não apenas a identificação da violência pelos alunos vitimados, mas também a sua denúncia.

Nesse sentido, a nossa hipótese é que a censura imposta às escolas tem como objetivo não desvelar os problemas presentes nos núcleos familiares dos alunos e nos ambientes que os circundam. Esse entendimento deriva do fato de que a extrema maioria das violências perpetradas por assediadores e violentadores contra crianças decorre de familiares ou conhecidos da família. Conforme dados do *Anuário Brasileiro de Violência Pública* (2022, p. 7), 79,6% foram estupradas por conhecidos, sendo 31,7% com 10 a 13 anos; 19,1% entre 5 e 9 anos; 16% entre 14 e 17 anos e; 10,5% entre 0 e 4 anos.

Destaca-se aqui apenas a faixa etária entre 0 e 17 anos, justamente por ser a idade em que a educação escolar ajudaria não só a coibir a prática destes crimes, por meio da educação à emancipação dos sujeitos e como práticas de liberdade (Freire, 2005), como também a identificar com mais facilidade a criança vitimada, seja por meio de marcas pelo corpo, mudança de comportamento e/ou a partir da relação de confiança estabelecida entre professores e alunos.

Outro ponto que merece destaque é o aumento da prática de pedofilia na *internet* ao longo da pandemia do novo coronavírus. De acordo com Eva Dengler, gerente de Programas e Relações Empresarias da Childhood Brasil, em entrevista¹⁶ para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a presença maciça desse contínuo populacional nos ambientes virtuais foi preponderante para assediadores e violentadores se aproveitarem das suscetibilidades das infâncias e juventudes.

Frente a tais dados, entende-se que a supressão da temática de gênero e

¹⁶ Disponível em <https://radios.ebc.com.br/tarde-nacional/2020/05/pedofilia-na-internet-durante-pandemia-aumenta> Acesso em: 4 dez. 2023.



sexualidades dos currículos escolares, além da perseguição aos professores e artistas interessados em debater a temática, vulnerabilizam ainda mais crianças e adolescentes vitimados. Isso nos permite sustentar que o cerceamento à temática e a censura ao debate impuseram dificuldades de abordagem teórico-metodológica para professores e profissionais envolvidos com a educação.

Portanto, acredita-se que com a retomada da discussão nas escolas, estas mesmas crianças e adolescentes poderão encontrar espaços de acolhimento e proteção às suas infâncias.

O direito de conhecer o próprio corpo é primordial para a criança compreenda a si mesma como ser social, dotada de agência e direitos. Cabe educar infantes para que se entendam não como um corpo público, à mercê dos agenciamentos e governamentalidades dos adultos, sobretudo, mas não apenas, os mal-intencionados. À despeito das convenções que possam existir sobre as regiões permissíveis ao toque com segurança (como cabeça, bochecha e ombro) e as regiões em que o toque configuraria uma violação (partes íntimas), deve-se entender o toque como produção de sentido desde quão cedo possível, e que qualquer toque que não se deseje pode e deve ser repellido, se possível, com a ajuda de uma pessoa adulta de confiança, ou mesmo encontrando canais formais de denúncia, como a escola.

Exemplos pedagógicos, como *semáforo corporal*¹⁷, são ótimas práticas educacionais para que as crianças compreendam seus próprios corpos e identifiquem se estão ou não sendo violentadas. A criação autoral de seus próprios semáforos pode ser um exercício lúdico para fomentar a autonomia e a conscientização da criança sobre si e sobre o toque.

Logo, quando a escola é posta sob suspeita e as atividades educacionais correlatas são denunciadas por setores neoconservadores como supostos atentados à segurança das crianças, ou compreendidas na forma de práticas pedagógicas contrárias aos valores morais da família, entende-se complementarmente que estas mesmas crianças estão sendo ainda mais

¹⁷ Disponível em <https://www.aprenderebrincar.com/2022/10/semaforo-do-toque-esse-corpo-e-meu.html>
Acesso em: 4 dez. 2023.



vulnerabilizadas por não terem acesso ao conhecimento e aos devidos canais de denúncia.

Portanto, enquanto a educação, pensada a partir da subjetividade da criança respeitada, pode estimular a autonomia e promover a segurança das infâncias, o cerceamento da prática professoral e a censura aos temas sensíveis coadunam para que o silenciamento de crianças vitimadas perdure por suas vidas. Inclusive, podendo até mesmo normalizar as violações ou não identificar tais práticas contra si como danosas por não entenderem o que está acontecendo com exatidão.

O conhecimento sobre o seu próprio corpo e as regiões de toque foi posto em discussão quando uma criança, acompanhada de seus responsáveis, assistiu a uma performance contemporânea em que o performer Wagner Schwartz, estando nu, permitiu fazerem de seu corpo dobraduras, em obra intitulada *La Bête*¹⁸. À época, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) foi atacado virtual e presencialmente após a divulgação de um trecho em que uma criança tocava o tornozelo do artista – que foi associado ao fantasma da pedofilia¹⁹. Os responsáveis da criança foram expostos e, após investigação do Ministério Público Federal, a própria Procuradoria pediu o arquivamento do processo por entender que

a mera nudez do adulto não configura pornografia eis que não detinha qualquer contexto erótico. A intenção do artista era reproduzir instalação artística com o uso de seu corpo, e o toque da criança não configurou qualquer tentativa de interação para fins libidinosos.²⁰

Então, a partir do apresentado nesta seção, passaremos a refletir sobre a importância das artes, sobretudo do teatro, pensado e praticado como arte dos corpos em relação, e da produção de intersubjetividade lúdica, como práticas de liberdade e educação à emancipação de crianças e adolescentes em suas escolas.

¹⁸ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html Acesso em: 4 dez. 2023.

¹⁹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/12/opinion/1518444964_080093.html Acesso em: 4 dez. 2023.

²⁰ Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpf-descarta-crime-de-pornografia-infantil-em-interacao-de-crianca-com-artista-nu-no-mam-de-sao-paulo/548008581> Acesso em: 4 dez. 2023.



O teatro pedagógico na escola

A importância do ensino das artes na escola se dá pela possibilidade de aproximação ao desconhecido, da arte de interpretar assistida nas novelas das casas dos trabalhadores brasileiros, considerando que, apartados dos parques espaços culturais existentes no país, poucos têm acesso às artes, a assistir e/ou participar de peças teatrais em suas escolas. De uma forma diametralmente oposta, quando a escola tem grupos de teatros ou recebe artistas para a apresentação de suas peças, o debate torna-se mais amplo e plural.

Para Oliveira e Stoltz (2010, p.90),

o teatro, no uso da linguagem, de ações nas representações, na mobilização da imaginação e da criatividade, na realização em determinado tempo e espaço e com determinados sujeitos é um universo peculiar de interação social e de manifestação da cultura que pode cumprir diferentes objetivos.

Crianças e adolescentes podem produzir entendimentos outros a partir da interpretação de um determinado personagem, ou quando assistem uma peça específica. Este deslocamento subjetivo experienciado na prática do ensino de artes (Brasil, 1996, 1998, 2018) e, em especial no teatro, permitirá que novos mundos sejam explorados e formas de expressão produzidas.

Nesse sentido, a inserção das artes nas perseguições perpetradas ao longo das últimas décadas, sobretudo no decênio atual (2013-2023), denota sua potencialidade disruptiva no desenvolvimento de nossas subjetividades. Quando a educação é pensada para a transformação social e emancipação dos sujeitos, ela tem o potencial de modificar o status quo (Freire, 2005). Logo, é de fundamental importância a escola estar mais bem engajada e adequada às necessidades da sociedade, sobretudo de seus alunos, no que toca às formações integrais.

Silva (1999), ao destacar a característica do currículo oculto na teoria crítica, nos convida a refletir sobre como os discursos não ditos e não oficiais se apresentam no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, ao alargar sua análise e identificar a multiculturalidade existente na teoria pós-crítica, o autor valoriza a interseccionalidade dos marcadores como mecanismo de eficiência para a



produção de subjetividades outras.

Em continuidade aos seus entendimentos, Duque (2023) discorre sobre a existência de uma pós-pedagogia, ou seja,

O pós-curriculo e a pós-pedagogia não são menos curriculo nem menos pedagogia do que os/as que as/os antecederem, nem sequer uma pura mentira nem uma simples fake news. São campos de significação torcidos e que também merecem ser analisados sob a ótica da produção das diferenças, em sentidos e intenções políticas anti-igualitárias (Duque, 2023, p. 44).

Será, então, com base em sua perspectiva, que se sustentará a importância do ensino das artes, em especial do teatro, como máquina de guerra para emancipar os sujeitos e desoprimir crianças e jovens violentados. Não obstante, a perseguição empreendida por setores neoconservadores às artes se dá a partir da defesa de uma certa moralidade. Para eles, muitas apresentações, peças ou espetáculos se utilizam de linguagens tidas como inapropriadas enquanto forma de expressão ou de temas que não devem ser debatidos publicamente. Como justificativa, afirmam que à escola cabe ensinar as letras, e à família educar.

O pânico moral (Acosta, 2023) associado às artes vai de encontro aos discursos ultraconservadores emitidos nos púlpitos eclesiais, sobretudo aqueles que buscam satanizar as manifestações culturais por compreendê-las como práticas capazes de desvirtuar a moralidade cristã. Nesse sentido, a curricularização das artes nos recentes documentos educacionais foi no sentido da supressão de suas criticidades para a produção de um neotecnicismo que alienasse os estudantes.

Destacando a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional da Educação, bem como os Planos Estaduais e Municipais da Educação, a temática dos estudos de gênero e sexualidades foi desqualificada por meio do anticientificismo. Afirmavam que tais estudos queriam 'ensinar as crianças a serem gays', ignorando o fato de que a temática ajudaria a defender e empoderar crianças e jovens.

No que se refere aos Planos Educacionais em suas três esferas, discutidos e instituídos em período eleitoral, os temas relacionados aos Direitos Humanos,



sobretudo os estudos de gênero e sexualidades, foram explicitamente cerceados da redação final e aproveitados como um trampolim midiático para os pleiteantes aos poderes legislativo e executivo.

Pimenta (2022) salienta como o debate da BNCC foi ainda mais cooptado pelos setores privatistas da educação, tidos pela autora como empresários educacionais, ou seja, os donos das redes de ensino, institutos bancários, dentre outros. Em virtude de sua redação final não dialogar com as necessidades da juventude brasileira, Pimenta problematiza o possível desinteresse de estudantes pelo seu próprio processo formativo. Como consequência, quanto mais os jovens estiverem apartados do ensino de artes, mais barreiras estes encontrarão no caminho para o desenvolvimento de suas qualidades.

Ao mesmo tempo, Strazzacappa (2001) reflete sobre a constância do aprendizado que o corpo é capaz de desenvolver quando estimulado para tal. Para a autora, todo aprendizado escolar perpassa obrigatoriamente pelo corpo, visto que ele é indissociável e, portanto, toda educação é educação do corpo. Ou seja, quando setores neoconservadores da sociedade brasileira buscam perseguir as artes e esvaziar o seu ensino no currículo escolar, seu objetivo final é especificamente o enclausuramento do próprio corpo.

Em virtude de “o teatro na escola ainda se encontra(r) em um momento de adaptação, em uma posição que requer melhor compreensão de seu papel” (Moraes, 2011, p. 54), instaurou-se uma intensa disputa sobre como este deve apresentado, bem como quais assuntos devem ser abordados.

A autocensura decorrente das perseguições impostas aos professores desde a tentativa de institucionalização do programa Escola Sem Partido geraram amedrontamento pela frequência em seus cotidianos laborais, visto que sua segurança pessoal e profissional passou a estar verdadeiramente sob risco.

Entretanto, por mais que as artes estejam em local de visibilidade e constante perseguição, Coelho (2014, p.1217) reconhece que

No jogo da encenação dentro da escola, é possível trabalhar conflitos específicos. Em uma cena, o aluno pode se colocar no lugar do professor ou no lugar de um colega discriminado pela sala. Um jovem preconceituoso pode fazer o papel de um personagem que sofre com o



preconceito de seus amigos da escola e, por meio dessa “troca de papéis”, o jogo cênico, que promove a reflexão das ações de modo a sensibilizar seus agentes, atua também como um meio bastante produtivo para a resolução de conflitos causados pela intolerância no contexto escolar.

Ao se identificarem como algozes de comportamentos tóxicos e/ou violentos, os alunos podem refletir sobre as origens de suas condutas, os motivos para que sua raiva seja direcionada a uma parcela populacional específica e, por conseguinte, repensar suas próprias atitudes. Caso tais atitudes derivem da educação obtida em suas casas e famílias, os próprios alunos colocarão em discussão as formas como foram ensinados a lidar com o mundo e com o outro.

Logo, tais questionamentos podem gerar conflitos intrafamiliares onde outrora não existiam. Discriminações raciais, preconceitos às pessoas com deficiências, LGBTQIAPN+fobias, classismo, etarismo, intolerâncias religiosas e diversas outras formas de sectarismos outrora naturalizados e ensinados no cotidiano familiar são, conseqüentemente, atravessados por críticas. Aqueles incapazes de realizar autocríticas em vista da mudança de atitude em nome do respeito ao próximo culpam a escola e as artes, geralmente proferindo falsas afirmações: a escola virou um lugar de lavagem cerebral que atenta contra a família.

O teatro pedagógico terá um preponderante espaço nessa crítica justamente pela capacidade de promoção da empatia durante o jogo cênico. Quando o aluno compreende que o seu comportamento é tóxico e necessita mudá-lo em nome da educação visando os Direitos Humanos e o respeito ao próximo, toda engrenagem relacional se movimenta a partir de seu senso crítico.

Quilici (2022, p.9) nos lembra que “a ‘cena expandida’ opera nas interfaces entre a arte e campos da vida social - educacional, terapêutico, político, ecológico, filosófico etc. -, reinventando seu poder de atuação em diálogo com outras práticas, situações e formas de conhecimento. Como consequência, o aluno participante da cena passa a refletir sobre o seu cotidiano e a sua relação com o mundo em que vive.

Sendo assim, o caráter disruptivo presente no teatro pedagógico é o ponto



de inflexão aqui sustentado. Afinal, isso permite que o aluno não apenas reflita acerca de seu próprio comportamento quando da participação de uma peça teatral (ou de quando a assiste), como também poderá gerar o mesmo senso crítico a respeito do comportamento de terceiros que convivem à sua volta.

Educação para emancipação

O debate sobre a importância do teatro na escola, como se pode ver, perpassa por ampla frente de saberes e conhecimentos capazes de derivar subjetividades outras. Cita-se, como exemplo, a importância da ludicidade presente nos teatros pedagógicos pela capacidade de gerar sensibilidade nos alunos.

Nesse sentido, serão utilizados dois casos que evidenciam a importância do teatro no debate da proteção às infâncias com enfoque nas questões de gênero e sexualidade enquanto conscientização da consensualidade e da violência contra crianças e adolescentes.

O primeiro caso sustentará a importância do teatro pedagógico como máquina de guerra no combate às violências de gênero e sexualidades, sobretudo contra crianças e adolescentes. Já o segundo discorrerá sobre uma aluna de 11 anos que, após assistir à peça escolar sobre uso de drogas e abuso sexual, realizou uma denúncia à equipe pedagógica da escola.

Logo, ambos tangenciam a importância do teatro pedagógico em escolas abrangendo a temática de gênero e sexualidades enquanto forma de reconhecimento do direito à inviolabilidade de seus próprios corpos e em nome da proteção às infâncias.

Casos & cenas 1: teatro pedagógico visando a conscientização

No dia 18 de maio de 2023, data em que se decretou o Dia Municipal da Luta contra a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, na cidade de Santos – SP, crianças de duas escolas municipais assistiram ao espetáculo ‘Brincando



também se aprende²¹. Nele, os atores trabalharam os problemas relacionados a assédios e violências contra crianças e adolescentes, bem como formas de reconhecimento destes abusos e de denúncia. Tratando-se de um público-alvo infantojuvenil, o espetáculo contou com linguagem acessível e lúdica para que as crianças ali presentes conseguissem identificar a mensagem de forma clara e objetiva.

A conscientização possibilitada por espetáculos que abordam temas sensíveis é de grande importância para que crianças possivelmente vitimadas entendam a gravidade da ocorrência e se sintam encorajadas à prática de denúncia. Sendo a escola um profícuo espaço para a construção de relações de confiança, o contato que estas têm com espetáculos do tipo as encorajam.

De acordo com Flavio Desgranges (2006, p. 91), professor e diretor teatral com forte atuação no teatro na escola,

o valor educacional presente nessas práticas, ressalte-se, precisa ser compreendido a partir do relevante caráter pedagógico intrínseco à própria experiência teatral. Assim, o teatro quando adentra a instituição educacional, não precisa, e não deve, ser um teatro "escolarizado": "didatizado", para que tenha importância educacional; ao contrário, deve ser preservado em sua potencialidade, pois seu principal vigor pedagógico está no caráter artístico que lhe é inerente.

Assim, entende-se que quando a escola recebe teatros em seus espaços e/ou desenvolve práticas teatrais – seja na aula de educação artística ou em disciplina específica focalizada em Teatro –, os alunos tendem a ganhar consciência corporal de si e dos outros, além de se tornarem capazes de compreender o desenvolvimento de seus corpos, a promoção do respeito ao próximo e o direito à inviolabilidade – preceitos fundamentais para a educação em Direitos Humanos.

Aproximar os alunos das artes possibilita que eles desenvolvam formas de expressões e conhecimentos com capacidades que possibilitam suas autonomias. A consciência corporal, o lidar com o outro e o debate ao longo da montagem da peça os tornam capazes de modificar seus olhares sobre si mesmos e sobre o

²¹ Disponível em <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/espetaculo-em-santos-orienta-estudantes-sobre-assedio-e-violencia-sexual> Acesso em: 5 dez. 2023.



mundo.

Emancipar-se das amarras sociais que os prendem, sobretudo em um mundo subjetivado à lógica neoliberal da individualização, pode ser benéfico para a construção de subjetividades outras. Essas, à guisa de suas emancipações, são importantes pontos de inflexão em suas formações visando a cidadania.

Conscientizar-se de si e do outro, dos processos sociais e das relações de poder existentes nas estratificações sociais são importantes formas de promoção da solidariedade. Então, será ao longo dessa produção de apoio mútuo que muitas crianças e jovens poderão encontrar importantes redes de apoio para denúncia de possíveis práticas de violências às quais estariam sendo submetidos.

Por exemplo, ao abordarem as potencialidades de enfrentamento de situações sensíveis, os pesquisadores Juliano e Yunes (2014) afirmam que “é preciso uma mudança paradigmática e os estudos acerca destas situações devem focar as possibilidades dos indivíduos e grupos para a superação das experiências traumáticas e notabilizar o seu potencial de saúde” (p. 139). Considerando que o trabalho em grupo proporcionado pelo teatro pedagógico permite a promoção da solidariedade, aqueles vitimados por quaisquer tipos de violências poderão encontrar nesse mesmo grupo formas de conscientização com relação ao trauma vivenciado.

Assim, em comunhão com o grupo e com o sentimento de pertencimento a este, a educação à conscientização permitirá a emancipação e superação das amarras que os prendem. Daí a importância do teatro pedagógico se fazer presente nas escolas brasileiras.

Siqueira (2010) sustenta que

A escola pode ser considerada uma importante fonte de apoio social e afetivo e parte da rede de apoio dos indivíduos, mitigando o processo de vulnerabilidade, contribuindo para a sua superação e promovendo processos de resiliência. A rede de apoio social tem uma profunda influência na saúde e no bem-estar do indivíduo (p.89).

Justifica-se esse reconhecimento a partir da equipe multidisciplinar presente nas escolas, bem como os canais de denúncia ali existentes em nome da proteção às infâncias. Estes fatores demonstram exatamente o valor do teatro



pedagógico dentro das escolas, seja como forma de promover a conscientização aos alunos em período escolar ou de promoção da proteção às infâncias.

Casos & cenas 2: teatro pedagógico à proteção

No dia 28 de julho de 2022, sites noticiavam²² que uma menina de 11 anos denunciou à direção da escola que um amigo próximo da família a abusava sexualmente. A denúncia ocorreu após a aluna assistir a uma peça teatral na escola que abordava temas sensíveis como uso de drogas e abuso sexual. Após a ação da aluna, a direção pedagógica entrou em contato com a polícia civil para que ela pudesse ser ouvida, mediante escuta especializada. Realizou-se um exame de corpo de delito que comprovou a ocorrência dos abusos denunciados. O suspeito teve ordem de prisão preventiva decretada e foi preso em seu local de trabalho.

Conforme já destacado, 79,6% dos estupros denunciados são realizados por pessoas conhecidas da própria vítima e de seus familiares, sendo 31,7% com 10 a 13 anos; 19,1% entre 5 e 9 anos; 16% entre 14 e 17 anos e; 10,5% entre 0 e 4 anos. (Anuário, 2022, p. 7). Isso é decorrente da maior proximidade entre o abusador e a pessoa abusada, além da relação de confiança construída entre todos.

Crianças que ficam sozinha em casa ou sob cuidado de amigos, vizinhos e parentes são mais suscetíveis a sofrer abusos, visto que a ausência de cuidados dos responsáveis incorre em riscos à sua segurança. A lógica da relação entre precariedade e vulnerabilidade (Butler, 2018, 2019) marca os corpos distintamente, sobretudo quando o marcador de gênero se faz presente nestes.

Dada a realidade brasileira (Santos, 2001, 2021) em quem muitos adultos necessitam trabalhar e o Estado carece de creches e escolas de ensino infantil e fundamental em tempo integral disponíveis, culturalmente as crianças ficam sob o cuidado de pessoas próximas à família na esperança de que, dada a relação de amizade, permaneçam em segurança.

Infelizmente, conforme atestado pelo Anuário da Segurança Pública, é mais

²² Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/28/peca-de-teatro-na-escola-ajuda-crianca-a-denunciar-estupro-em-sc.htm> Acesso em: 5 dez. 2023.

provável que essas mesmas crianças sejam abusadas por seus algozes. Daí a importância das escolas em tempo integral para a proteção de crianças e adolescentes (Rodrigues, Santiago, Rota Júnior, 2021). Ainda para os autores,

no contexto de uma educação integral e em tempo integral, a função da escola passa a ser ampliada, ou seja, a aprendizagem escolar não é mais a única a ser privilegiada. (p. 90) [...] O fato de, no contexto atual, a escola se ver não apenas como uma instituição educadora, mas também como protetora, se apresenta como grande desafio e tem provocado debates sobre sua especificidade, bem como sobre os novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício desta e das outras novas funções. (p. 91).

O *Programa Mais Educação* vigorou no Brasil entre os anos de 2007 e 2016. A partir desse ano, já sob gestão do ex-presidente interino Michel Temer, o Programa foi remodelado e mudou de nome para *Programa Novo Mais Educação*. Entretanto, Mendonça (2017) afirma que as mudanças não se deram apenas no nome, e sim em seu objetivo. Enquanto a primeira edição do programa visava a aumento da jornada escolar e ampliação da grade curricular dos alunos pensando em sua formação integral, a segunda edição se direcionava mais detidamente aos estudos de Português e Matemática – tornando um ‘mais do mesmo’, ou um contínuo da escola tradicional do contraturno.

Sanderson (2008, p.10), ao chamar à responsabilidade a atuação conjunta da sociedade e da escola no combate ao abuso sexual em crianças, reitera que é papel de todos a atuação na prevenção e proteção às infâncias. Nesse mesmo sentido, Barros (2022) ratifica que “a criação de um espaço seguro de diálogo e de troca de conhecimentos com as crianças sobre os perigos do abuso sexual e outras formas de violência, sem que isso se configurasse em um momento incomodo para elas” (p. 10) é imprescindível para a construção de redes de proteção e espaços de denúncia.

Logo, quando da ocorrência de interdição da temática de gênero e sexualidades por setores neoconservadores da sociedade brasileira quem mais incorrem ao risco de ter suas vidas vilipendiadas são exatamente as crianças e adolescentes cerceados do direito à informação. Outrossim, a campanha de perseguição do debate da temática na escola e nos diversos espaços de ensino-aprendizagens trouxe severos riscos desnecessários às infâncias.



A melhor forma de educar crianças e jovens no período escolar é a partir do direito de acesso à informação, sobretudo na escola, em virtude da existência de todo aparato institucional e multiprofissional preparado para o acolhimento às infâncias. Assim, é possível ponderar que, em alguns casos, a criança poderá obter redes de proteção para práticas profícuas de denúncia dos seus algozes.

Conclusão

Conforme se pôde perceber, a escola é uma instituição dotada de uma série de particularidades e especificidades que necessita de todo apoio para o melhor desenvolvimento de suas atividades educacionais. Quando ela é colocada como um ambiente hostil à sociedade e considerada “inimiga das famílias”, todos os envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem perdem; sobretudo as crianças e adolescentes ali presentes.

Entende-se que a supressão da temática de gênero e sexualidades colocou em risco as infâncias precarizadas e subalternizadas, sobretudo porque, ao privá-las do direito de serem educadas e escolarizadas sob uma perspectiva antiassédio, do conhecimento do próprio corpo e do direito à inviolabilidade de seus corpos, uma série de ações de proteção às infâncias ficou amordaçada.

Nesse sentido, reconhece-se que o ensino das artes tem potencial para dialogar com as reais necessidades dos alunos visando protegê-los. Mesmo que a referida temática tenha sido censurada dos documentos oficiais, acredita-se ser de crucial importância a sua leitura radical a fim de encontrar escapes de resistências.

Afinal, em um contraponto ao neoliberalismo presente nos espaços escolares e ao cerceamento da liberdade de cátedra, há de se criar mecanismos de resistências à normatização curricular e ao silenciamento das violências perpetradas contra crianças e adolescentes. Assim, a escola reconquistará seu espaço na sociedade como local privilegiado de proteção às infâncias



Referências

ACOSTA, Tássio. *Anarqueologia do Pânico Moral*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 2023.

ACOSTA, Tássio; GALLO, Silvío. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma ?ideologia de gênese?. *Educação (Santa Maria. Online)*, v. 45, p. 1-28, 2020.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE VIOLÊNCIA PÚBLICA, 2022. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/11-anuario-2022-uma-decada-e-mais-de-meio-milhao-de-vitimas-de-violencia-sexual.pdf> Acesso em: 4 dez. 2023.

BARROS, Amilson Sandro de. O teatro como um instrumento de prevenção do abuso sexual infantil. *Revista Práticas em Extensão*. São Luís, v. 06, nº 02, 01-13, 2022. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/praticasemextensao/article/view/2324/2157> Acesso em: 5 dez. 2023.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. No 9394/96. Brasília 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Vida Precária*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CASTILHO, Denis. Escola sem partido: do controle à espoliação. *Bol. Goia. Geogr.* v. 39, 2019. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/159a0e6d-08f5-4bd0-a84d-8b5793037fa4/content> Acesso em: 4 dez. 2023.

COELHO, Márcia Azevedo. Teatro na Escola: Uma possibilidade de educação efetiva. *POLÊMICA*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1208–1224, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/10617>. Acesso em: 5 dez. 2023.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil Platôs*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira. São Paulo: Editora34, 1997.

DESGRANGES, Flávio. *Pedagogia do teatro: provocação e dialogismo*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.



DUQUE, Tiago. O quadro "preso" e a proibição da linguagem neutra: ofensiva anti-igualitária em Mato Grosso do Sul. *Rev. FAEEDBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 32, n. 72, p. 31-49, out./dez. 2023. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/375802656_Quadro_Preso_e_a_Proibicao_da_Linguagem_Neutra_ofensiva_anti-igualitaria_em_Mato_Grosso_do_Sul/fulltext/655def26ce88b8703100b07b/O-Quadro-Preso-e-a-Proibicao-da-Linguagem-Neutra-ofensiva-anti-igualitaria-em-Mato-Grosso-do-Sul.pdf Acesso em: 5 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, 46^a ed.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Angela Mattar. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade (Online)*, v. 17, p. 135-154, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 8 dez. 2023.

MENDONÇA, Patricia Moulin. *O direito à educação em questão: as tensões e disputas no interior do Programa Mais Educação*. Tese - (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M.. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725–748, set. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt#> Acesso 4 dez. 2023.

MORAES, Danielle Rodrigues de. *Teatro na escola: da lei à lida*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Danielle%20Rodrigues%20de%20Moraes.pdf> Acesso em: 9 jan. 2023.

OLIVEIRA, Maria Eunice de; STOLTZ, Tania. Teatro na escola: considerações a partir de Vygotsky. *Educ. Rev.* [online]. 2010, n.36, p.77-93. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n36/n36a07.pdf> Acesso em: 4 dez. 2023.

PIMENTA, Selma Garrido; SEVERO, J. L. L. R. . Outra vez, o curso de Pedagogia: tradições e contradições no contexto da Resolução 02/2019 do CNE. *Educação e Cultura Contemporânea*, v. 19, p. 6-21, 2022.

QUILICI, Cassiano Sydow. A arte de desarmar: corpo, escrita e dispositivos performativos em tempos sombrios. *Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas*, Florianópolis, v. 1, n. 43, p. 1–19, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/21541>. Acesso em: 5 dez. 2023.



RODRIGUES, Mariana Ruas; SANTIAGO, Érika Jordana Freitas; ROTA JUNIOR, César. Educação de tempo integral: da carência à proteção. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 52, p. 86-96, jun. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752021000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 dez. 2023.

SANDERSON, C. *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2008.

SANTOS, Milton et al. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2001.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Desigual*. EdUSP, 2021.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. Escola como parte da rede de apoio de adolescentes em reinserção familiar. *VIDYA*, v. 29, n. 2, p. 87-96, jul./dez., 2009 - Santa Maria, 2010. ISSN 2176-4603 X. Disponível em www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aescola_rede_apoio.pdf Acesso em: 8 dez. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. belo. horizonte: autêntica, 1999.

STRAZZACAPPA, M.. A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola. *Cadernos CEDES*, v. 21, n. 53, p. 69-83, abr. 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jG6yTFZZPTB63fMDKbsmKKv/abstract/?lang=pt#> acesso 8 jan. 2023.

Recebido em: 08/12/2023

Aprovado em: 02/06/2024